



RIO GRANDE DO NORTE, QUINTA-FEIRA, 08 DE FEVEREIRO DE 2024 - ANO: VI - EDIÇÂO №: 1836

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE - LEI



LEI MUNICIPAL Nº 438/2023

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO AUXÍLIO-SAÚDE AOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Boa Saúde/RN, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprova e **Promulga** a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Boa Saúde/RN, o benefício do auxílio saúde aos Vereadores desta Casa legislativa.

Art. 2º. O valor mensal do auxílio-saúde corresponderá a R\$ 700,00 (setecentos reais).

Parágrafo Único − O valor a que se refere o Art. 2º, será atualizado anualmente por Ato da Presidência da Câmara.

Art. 3º. O auxílio saúde de que trata esta Lei possui caráter indenizatório e se destina a subsidiar despesa médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica dos Vereadores, mediante pagamento mensal em pecúnia incluso no contracheque, juntamente com os subsídios do cargo eletivo.

Art. 4º. O auxílio saúde instituído por esta Lei não será:

I – incorporado ao subsídio;

 II – configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição previdenciária;





RIO GRANDE DO NORTE, QUINTA-FEIRA, 08 DE FEVEREIRO DE 2024 - ANO: VI - EDIÇÂO №: 1836



RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE CNPJ MF: 12.745.105/0001-59



III - não poderá ser percebido com outro auxílio ou benefício de mesmo título ou por idêntico fundamento;

IV – parte integrante da base de cálculo para margem consignável.

- Art. 5º. O auxílio-saúde será custeado com recursos próprios do Poder Legislativo, devendo tais recursos serem previstos anualmente na proposta orçamentária da Câmara Municipal.
- Art. 6º- O benefício de que trata esta Lei poderá ser suspenso, por Decreto, quando verificada a impossibilidade de sua manutenção.
- Art. 7º. A presente Lei terá como parte integrante, o necessário estudo de impacto orçamentário e financeiro, exigidos pela Lei Federal nº 101/2000 − Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Art. 8º. As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações dotações orçamentárias próprias consignadas ao Poder Legislativo no Orçamento Geral do Município, no "Elemento de Despesa: 31.90.93", que trata das Indenizações e Restituições.
- Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN, 06 de dezembro de 2023.

EVALDO DE OLIVEIRA GOMES BRANDÃO

PRESIDENTE

SILVANA CARLOS DA SILVA

1ª SECRETÁRIA

ROSEMARY DE FREITAS ARAÚJO

2ª SECRETÁRIA





RIO GRANDE DO NORTE, QUINTA-FEIRA, 08 DE FEVEREIRO DE 2024 - ANO: VI - EDIÇÂO №: 1836



ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 03/2024

PROMULGA PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA SANCIONADA TACITAMENTE, EM VIRTUDE DO SILÊNCIO DE SANÇÃO, PELO PREFEITO MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN, NO TEMPO LEGAL, CONFORME PREVISÃO DO ART. 50, PARÁGRAFO ÚNICO. DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BOA SAÚDE/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, definidas pelo art. 37, inciso V, do Regimento Interno desta Casa,

CONSIDERANDO, que o Projeto de Lei do Legislativo n.º 012/2023 (Lei Municipal n.º 438/2023), foi aprovado em Sessão Ordinária pela Câmara Municipal de Boa Saúde em 07/12/2023.

CONSIDERANDO, que a matéria aprovada foi encaminhada para o Exmo. Sr. Prefeito José Wellington Alves Rocha na data de 12/12/2023, através do Ofício n.º 027/2023 – SE/CMBS, conforme anexo.

CONSIDERANDO, que passados 15 (quinze) dias do envio do Projeto de Lei para o Chefe do Poder Executivo para tomada de medidas legais, com a sua eventual sanção e promulgação, caso silente, ocorrerá sanção tácita do referido Projeto de Lei, conforme dispõe o Parágrafo Único, do art. 50, da Lei Orgânica do Município de Boa Saúde/RN.

CONSIDERANDO, que Compete ao Presidente da Câmara, a promulgação de Resoluções, Decretos Legislativo e Projetos de Lei que receberam sanção tácita, em consonância com o art. 37, V, do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º. PROMULGAR a Lei n.º 438/2023 oriunda do Projeto de Lei n.º 012/2023, de autoria do Poder Legislativo Municipal, sancionada tacitamente, cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação.

Art. 2º. Em anexo, Ofício n.º 027/2023-SE/CMBS, comprovando o envio da matéria aprovada ao Chefe do Poder Executivo em 12/12/2023.

Art. 3º. Publique-se e registre-se.

Câmara de Vereadores Boa Saúde/RN, 26 de janeiro de 2024.

EVALDO DE OLIVEIRA GOMES BRANDÃO
Presidente da Câmara Municipal de Boa Saúde/RN

Rua Manoel Joaquim de Souza, 454 - Centro CEP 59260-000





RIO GRANDE DO NORTE, QUINTA-FEIRA, 08 DE FEVEREIRO DE 2024 - ANO: VI - EDIÇÂO №: 1836



RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE



CNPJ MF: 12.745.105/0001-59
ECDETABLA EVECUTIV

Oficio nº 027/2023-SE/CMBS

Boa Saúde, 12 de dezembro de 2023.

Exmo. Sr JOSÉ WELLINGTON ALVES ROCHA PREFEITO Boa Saúde/RN

ASSUNTO ENCAMINHA MATÉRIAS APROVADAS.

Sr. Prefeito,

Vimos pelo presente, por determinação do Senhor Presidente, encaminhar matérias que foi objeto de apreciação, votação e APROVAÇÃO, em Sessão Ordinária, realizada por este Poder Legislativo em 07/12/2023:

- Projeto de Lei do Executivo nº 010/2023 (Lei Municipal nº 436/2023);
- Projeto de Lei do Legislativo nº 009/2023 (Lei Municipal nº 435/2023);
- Projeto de Lei do Legislativo nº 010/2023 (Lei Municipal nº 437/2023);
- Projeto de Lei do Legislativo nº 012/2023 (Lei Municipal nº 438/2023);
- Requerimentos nº 095, 096 e 097/2023.

Respeitosamente,

zio Renato Alencar de Lima

Secretário Executivo LENCARDE

Rua Manoel Joaquim de Souza, 545 - Centro - Boa Saúde/RN CEP: 59.260-000

1 12 / 12 / 2023 Rout Miles

> Publicado por: EVALDO DE OLIVEIRA GOMES Código Identificador: 14434461